

Odete Medauar

DIREITO ADMINISTRATIVO MODERNO

24ª edição revista e atualizada

área específica da obra

Direito Administrativo.

áreas afins do livro

Direito urbanístico, Direito ambiental, Ciência da Administração Pública.

palavras-chave

Lei de Licitações e Contratos Administrativos; Direito administrativo; Decreto-Lei nº 3.365/1941.

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm

CÓDIGO: 3580



Os mais relevantes preceitos e institutos do direito administrativo figuram neste livro. O encaideamento lógico dos temas propicia fácil compreensão.

Na elaboração desta 24ª edição, efetuou-se revisão, atualização e acréscimos, abrigando, por exemplo, matéria sobre alterações da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/202, alterações incidentes sobre o Decreto-Lei nº 3.365/1941 – desapropriação, por exemplo, além de mudanças pontuais na legislação referente à matéria do livro.

A cada final de capítulo se inclui bibliografia específica do assunto ali desenvolvido, havendo uma bibliografia geral no fim do livro, ambas atualizadas.

A linguagem clara propicia ágil leitura aos estudantes de Direito e a todos os que se interessam pelos temas do direito administrativo.

M488d Medauar, Odete

Direito Administrativo Moderno/ Odete Medauar. 24. ed. rev., e atual.– Belo Horizonte : Fórum, 2024.

456 p. 17x24cm

ISBN impresso 978-65-5518-854-7

ISBN digital 978-65-5518-853-0

1. Direito Administrativo. 2. Ciência da Administração. 3. Direito Urbanístico. I. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. 24. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 456 p. ISBN 978-65-5518-854-7.

Odete Medauar

Mestre, doutora e livre-docente pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professora Titular de Direito Administrativo da mesma Faculdade. Especialista em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade de Liège, Bélgica.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 24ª EDIÇÃO	
Odete Medauar	19
APRESENTAÇÃO À 23ª EDIÇÃO	
Odete Medauar	21
APRESENTAÇÃO À 22ª EDIÇÃO	
Odete Medauar	23
APRESENTAÇÃO À 21ª EDIÇÃO	
Odete Medauar	25
APRESENTAÇÃO À 1ª EDIÇÃO	
Odete Medauar	27
CAPÍTULO 1	
PREMISSAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DO ESTUDO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	29
1.1 Estado e direito administrativo.....	29
1.2 Estado democrático.....	30
1.3 Estado de direito.....	31
1.4 Estado social.....	31
1.5 Estado e sociedade.....	31
1.6 Separação de poderes.....	32
1.7 Administração Pública e reforma administrativa	33
Bibliografia	34
CAPÍTULO 2	
O DIREITO ADMINISTRATIVO	35
2.1 Conceito e objeto	35
2.2 Origem e desenvolvimento.....	36
2.3 O direito administrativo nos ordenamentos anglo-saxônicos.....	37
2.4 Primórdios do direito administrativo no Brasil.....	38
2.5 Características gerais do direito administrativo.....	39
2.6 O direito administrativo e outros ramos do direito.....	40
2.7 Direito administrativo e ciência da Administração Pública	41
2.8 Formas de expressão do direito administrativo	42
Bibliografia	44
CAPÍTULO 3	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NOÇÕES BÁSICAS.....	47
3.1 Conceito de Administração Pública	47
3.2 Administração, legislação e jurisdição.....	48
3.3 Administração e governo.....	49
3.4 Administração e Constituição	50
3.5 Administração no Estado Federal.....	50
3.6 Personalidade jurídica e Administração Pública.....	51
3.7 Estrutura fundamental da Administração no Brasil	52
3.8 Desconcentração administrativa	53
3.9 Órgãos públicos: conceito e classificação.....	54
3.10 Hierarquia	56
3.10.1 Delegação de competência.....	58

3.10.2	Avocação.....	59
3.11	Descentralização administrativa.....	59
	Bibliografia.....	60

CAPÍTULO 4

ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....		61
4.1	Conceito.....	61
4.2	Estrutura básica da Administração direta federal.....	62
4.3	Presidência da República.....	62
4.4	Ministérios.....	62
4.5	Estrutura básica da Administração direta estadual.....	63
4.6	Estrutura básica da Administração direta municipal.....	64
4.7	Administração do Distrito Federal.....	64
4.8	Órgãos com situação peculiar.....	64
	Bibliografia.....	65

CAPÍTULO 5

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....		67
5.1	Conceito.....	67
5.2	Autarquias.....	70
5.2.1	Noção.....	70
5.2.2	Regime jurídico.....	71
5.2.3	Controles.....	72
5.2.4	Autarquias especiais.....	72
5.2.4.1	Autarquias universitárias.....	73
5.2.4.2	Agências reguladoras.....	74
5.2.5	Autarquia qualificada como agência executiva.....	79
5.3	Fundações públicas.....	80
5.3.1	A fundação no direito civil.....	80
5.3.2	Controvérsias sobre as fundações instituídas pelo poder público.....	81
5.3.3	Evolução do tratamento legal.....	83
5.3.4	Noção de fundação pública.....	83
5.3.5	Regime jurídico.....	84
5.3.6	Controles.....	85
5.3.7	Fundações universitárias.....	86
5.3.8	Fundação qualificada como agência executiva.....	87
5.4	Empresas públicas.....	87
5.4.1	As chamadas “estatais”.....	87
5.4.2	Noção de empresa pública.....	89
5.4.3	Regime jurídico das empresas públicas.....	90
5.5	Sociedades de economia mista.....	94
5.5.1	Regime jurídico das sociedades de economia mista.....	95
5.6	Estatais e privatização.....	95
5.7	Entes com situação peculiar.....	97
5.7.1	Ordens e conselhos profissionais.....	97
5.7.2	Fundações de apoio.....	98
5.7.3	Empresas controladas pelo poder público.....	99
5.7.4	Serviços sociais autônomos.....	99
5.7.5	Terceiro setor parceiro.....	100
5.7.5.1	Organizações sociais.....	100
5.7.5.2	Organizações da sociedade civil de interesse público.....	101
5.7.5.3	Organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação com a Administração.....	103
	Bibliografia.....	105

CAPÍTULO 6

ATIVIDADES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....		107
6.1	Multiplicidade de atuações.....	107
6.2	Tipologia das atividades administrativas.....	107
6.3	Poder e função no âmbito administrativo.....	110
6.4	Poder vinculado.....	111
6.5	Poder discricionário.....	112
6.5.1	Terminologia.....	112
6.5.2	Evolução conceitual.....	113
6.5.3	Conotação atual do poder discricionário.....	113
6.5.4	Poder discricionário e mérito administrativo.....	114
6.5.5	Justificativa do poder discricionário.....	115

6.5.6	Campos de exercício do poder discricionário.....	115
6.5.7	Parâmetros do poder discricionário.....	116
6.5.8	Poder discricionário e conceitos jurídicos indeterminados.....	117
6.6	Poder regulamentar.....	118
6.7	Poder normativo.....	119
6.8	Poder hierárquico.....	119
6.9	Poder disciplinar.....	119
	Bibliografia.....	121

CAPÍTULO 7

PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....		123
7.1	Noção.....	123
7.2	Relevância dos princípios.....	123
7.3	Tipologia.....	124
7.4	Princípio da legalidade.....	124
7.4.1	Aspectos genéricos.....	124
7.4.2	Significado operacional.....	125
7.5	Princípio da impessoalidade.....	126
7.6	Princípio da moralidade administrativa.....	127
7.6.1	A chamada Lei Anticorrupção.....	128
7.6.1.1	<i>Compliance</i>	131
7.7	Princípio da publicidade.....	131
7.7.1	Proteção de dados pessoais.....	133
7.8	Princípio da eficiência.....	134
7.9	Princípio do atendimento do interesse público ou princípio da finalidade.....	135
7.9.1	O ultrapassado princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular.....	135
7.10	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	136
7.11	Princípio da proporcionalidade.....	136
7.12	Princípio da continuidade.....	137
7.13	Princípio da presunção de legalidade e veracidade.....	137
7.14	Princípio da autoexecutoriedade.....	137
7.15	Princípio da autotutela administrativa.....	138
7.16	Princípio da segurança jurídica.....	138
7.16.1	Segurança jurídica e os novos dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB.....	139
	Bibliografia.....	140

CAPÍTULO 8

ATO ADMINISTRATIVO.....		143
8.1	Ato administrativo e Estado de direito.....	143
8.2	Conceito de ato administrativo.....	143
8.3	Elementos.....	144
8.3.1	Terminologia e elenco.....	144
8.3.2	Agente competente.....	145
8.3.3	Objeto.....	145
8.3.4	Forma.....	146
8.3.5	Motivo.....	146
8.3.6	Fim.....	147
8.3.6.1	Interesse público.....	147
8.4	Perfeição, vigência, validade e eficácia.....	148
8.4.1	Retroatividade e irretroatividade.....	149
8.5	Notas peculiares.....	150
8.6	Tipologia.....	150
8.6.1	Critério do objeto.....	151
8.6.2	Critério da forma de expressão.....	151
8.6.3	Critério da margem de escolha.....	155
8.6.4	Critério do âmbito de repercussão.....	155
8.6.5	Critério dos destinatários.....	156
8.6.6	Critério do número de manifestações para a formação do ato.....	156
8.7	Legalidade e mérito do ato administrativo.....	157
8.8	Ato de governo.....	157
8.9	“Não ato”: silêncio, omissão.....	158
8.10	Defeitos do ato administrativo.....	158
8.10.1	Incompetência.....	158
8.10.2	Ilegalidade do objeto.....	159
8.10.3	Defeito de forma.....	159
8.10.4	Defeito de motivo.....	159
8.10.5	Defeito do fim.....	159

8.11	Desfazimento do ato administrativo	160
8.11.1	A questão das nulidades em matéria de ato administrativo	160
8.11.2	Os principais meios de desfazimento.....	162
8.11.3	Anulação do ato administrativo.....	162
8.11.4	Revogação do ato administrativo	164
8.11.5	Cassação.....	165
8.12	Preservação do ato administrativo	166
8.12.1	Convalidação.....	166
8.12.2	Ratificação	166
8.12.3	Conversão.....	166
8.13	Os novos preceitos da LINDB e o ato administrativo.....	166
	Bibliografia	167

CAPÍTULO 9

PROCESSO ADMINISTRATIVO	169	
9.1	A processualidade ampla.....	169
9.2	Processo ou procedimento administrativo.....	170
9.3	Finalidades do processo administrativo	171
9.3.1	Garantia	171
9.3.2	Melhor conteúdo das decisões	171
9.3.3	Legitimação do poder.....	171
9.3.4	Correto desempenho da função	172
9.3.5	Justiça na Administração.....	172
9.3.6	Aproximação entre Administração e cidadãos	172
9.3.7	Sistematização de atuações administrativas	172
9.3.8	Facilitar o controle da Administração	172
9.4	O processo administrativo no rol dos direitos e garantias fundamentais	173
9.4.1	Litigantes em processo administrativo	173
9.4.2	Acusados no âmbito administrativo	173
9.5	O devido processo legal no âmbito administrativo	174
9.6	Princípios do processo administrativo.....	174
9.6.1	O princípio do contraditório.....	174
9.6.2	O princípio da ampla defesa.....	175
9.6.3	O princípio da razoável duração do processo.....	177
9.6.4	O princípio da oficialidade	177
9.6.5	O princípio da verdade material.....	178
9.6.6	O princípio do formalismo moderado	178
9.7	Tipologia do processo administrativo.....	179
9.8	Fases do processo administrativo	179
9.9	Jurisprudência.....	180
9.10	Codificação do processo administrativo – A Lei 9.784/99	181
	Bibliografia	184

CAPÍTULO 10

LICITAÇÃO	187	
10.1	Conceito	187
10.2	Legislação básica	187
10.3	Incidência.....	188
10.4	Observações preliminares: inovações e comparações	189
10.5	Princípios.....	190
10.6	Aspectos gerais do processo licitatório	192
10.7	Modalidades.....	195
10.7.1	Pregão	195
10.7.2	Concorrência	195
10.7.3	Concurso	196
10.7.4	Leilão	196
10.7.5	Diálogo competitivo	196
10.8	Fases do processo licitatório	197
10.8.1	Fase preparatória.....	198
10.8.2	Divulgação do edital de licitação.....	199
10.8.3	Apresentação de propostas e lances.....	199
10.8.4	Julgamento	200
10.8.5	Habilitação	202
10.8.6	Recursal	203
10.8.7	Homologação	204
10.9	Contratação direta.....	204
10.9.1	Inexigibilidade	204

10.9.2	Dispensa	205
10.10	Instrumentos auxiliares.....	209
10.10.1	Credenciamento.....	209
10.10.2	Pré-qualificação	209
10.10.3	Procedimento de manifestação de interesse.....	210
10.10.4	Sistema de registro de preços	210
10.10.5	Registro cadastral	211
10.11	Nulidades da licitação	212
10.12	Irregularidades	212
	Bibliografia	212

CAPÍTULO 11

CONTRATOS CELEBRADOS PELA ADMINISTRAÇÃO		215
11.1	Considerações preliminares.....	215
11.2	Tipologia.....	216
11.3	Legislação básica	217
11.4	Incidência.....	217
11.5	Contratos sujeitos à Lei nº 14.133/2021.....	218
11.5.1	Contrato de compra	218
11.5.2	Contrato de obras	219
11.5.3	Contrato de serviços	219
11.5.4	Contrato de locação.....	220
11.6	Prerrogativas da Administração	220
11.6.1	Alteração unilateral e direito ao equilíbrio econômico-financeiro.....	221
11.6.2	Extinção unilateral do contrato	222
11.6.3	Fiscalização da execução	222
11.6.4	Aplicação de sanções ante inexecução total ou parcial	222
11.6.5	Ocupação provisória de bens e utilização de pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato	223
11.7	Formalização.....	223
11.8	Garantias.....	224
11.9	Alocação de riscos	225
11.10	Duração do contrato	225
11.11	Outros aspectos da execução.....	226
11.12	Alteração dos contratos e dos preços	228
11.13	Recebimento do objeto	229
11.14	Extinção dos contratos	230
11.15	Pagamento	232
11.16	Nulidade dos contratos	233
11.17	Meios alternativos de resolução de controvérsias.....	233
11.18	Infrações e sanções administrativas.....	234
11.19	Impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos	236
11.20	Controle das contratações	236
11.21	Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.....	238
11.22	Novas figuras contratuais	238
11.22.1	Convênios e consórcios – Aspectos gerais	239
11.22.1.1	Convênios	239
11.22.1.2	Consórcios	242
11.22.2	Outras figuras	243
	Bibliografia	245

CAPÍTULO 12

BENS PÚBLICOS		247
12.1	Introdução ao tema	247
12.2	Terminologia	247
12.3	Síntese histórica	248
12.4	Conceito	249
12.5	Tipologia.....	249
12.5.1	Critério da natureza	249
12.5.2	Critério dos aspectos geográficos.....	249
12.5.3	Critério dos titulares	250
12.5.4	Critério da destinação.....	251
12.6	Afetação e desafetação.....	253
12.7	Regime jurídico geral.....	253
12.8	Uso de bens públicos por particulares.....	256
12.8.1	Regime jurídico.....	256
12.8.2	Instrumentos: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso, outros instrumentos	257

12.9	Aquisição de bens públicos	260
12.10	Alienação de bens públicos.....	262
12.11	Notas a respeito de alguns bens públicos.....	265
12.11.1	Terras devolutas	265
12.11.2	Terrenos de marinha	266
12.11.3	Terrenos marginais ou reservados.....	267
12.11.4	Terras indígenas.....	267
12.11.5	Ilhas	268
	Bibliografia	268

CAPÍTULO 13

SERVIDORES PÚBLICOS.....		271
13.1	Introdução ao tema	271
13.2	Legislação	271
13.3	Terminologia	272
13.4	Tipos de vínculo de trabalho: funções, cargos e empregos.....	273
13.4.1	Noção	274
13.4.2	Acessibilidade.....	274
13.5	Cargos públicos	276
13.5.1	Noção	276
13.5.2	Tipologia.....	277
13.5.3	Vacância	279
13.5.4	Provimento.....	279
13.6	Regime jurídico.....	281
13.6.1	Regime estatutário	281
13.6.2	Regime celetista	282
13.6.3	Regime especial	282
13.7	Principais normas do regime estatutário.....	283
13.7.1	Vencimento, remuneração e subsídio.....	283
13.7.1.1	Natureza	284
13.7.1.2	Fixação e revisão.....	284
13.7.1.3	Irredutibilidade.....	285
13.7.1.4	Limite de remuneração.....	285
13.7.1.5	Vantagens	287
13.7.2	Direito à permanência no cargo: estabilidade e vitaliciedade	287
13.7.3	Acumulação de cargos.....	289
13.7.4	Exercício de mandato eletivo.....	290
13.7.5	Férias e décimo terceiro salário	290
13.7.6	Licenças.....	291
13.7.7	Direito de greve	291
13.7.8	Sindicalização.....	292
13.7.9	Aposentadoria e pensão	293
13.7.9.1	Legislação básica	293
13.7.9.2	O atual regime de aposentadoria para os ocupantes de cargos efetivos	294
13.7.9.3	Aposentadoria de ocupantes de cargos em comissão, de funções temporárias e celetistas	298
13.7.9.4	Regime de previdência complementar	299
13.7.9.5	Acumulação de proventos ou de proventos com outra retribuição de atividade	300
13.7.9.6	Regras de transição	300
13.7.9.6.1	Situação de quem preencheu todos os requisitos para se aposentar pelo regime anterior.....	301
13.7.9.6.2	Situação de quem já é aposentado	301
13.7.9.7	Pensões.....	301
13.7.10	Deveres	302
13.8	Responsabilidade dos servidores.....	304
13.8.1	Responsabilidade criminal.....	305
13.8.2	Responsabilidade civil.....	306
13.8.3	Responsabilidade administrativa.....	306
13.8.3.1	Responsabilidade fiscal	307
13.9	Poder disciplinar	307
13.10	Regime disciplinar	308
13.10.1	Competência legal.....	308
13.10.2	Vinculação ao exercício do cargo, função ou emprego.....	308
13.10.3	Legalidade das infrações	309
13.10.4	Legalidade das sanções	310
13.10.5	Prescritibilidade.....	311
13.10.6	Motivação	311
13.11	Processo administrativo disciplinar	312
13.11.1	Noção e terminologia.....	312
13.11.2	Comissões processantes	312

13.11.3	Sindicância.....	313
13.11.4	Processo disciplinar <i>stricto sensu</i> : fases, recurso e revisão.....	313
13.12	Repercussão da sentença penal no processo administrativo disciplinar.....	315
	Bibliografia.....	316

CAPÍTULO 14

SERVIÇO PÚBLICO		317
14.1	Terminologia.....	317
14.2	Caracterização.....	317
14.3	Princípios diretores.....	319
14.4	Tipologia.....	320
14.5	Modos de prestação.....	321
14.6	Concessão de serviço público.....	321
14.6.1	Conceito legal e características.....	322
14.6.2	Concessão de serviço precedida de obra pública.....	323
14.6.3	Outros tipos de concessão.....	323
14.6.4	Aplicabilidade da Lei nº 8.987/95.....	324
14.6.5	Motivação da outorga de concessão ou permissão.....	324
14.6.6	Serviço adequado.....	324
14.6.7	Direitos e deveres dos usuários.....	325
14.6.8	Política tarifária.....	326
14.6.9	Licitação.....	326
14.6.10	Contrato de concessão.....	327
14.6.11	Encargos do concedente.....	328
14.6.12	Encargos da concessionária.....	328
14.6.13	Intervenção.....	328
14.6.14	Extinção da concessão.....	329
14.7	Permissão e autorização de serviço público.....	329
14.8	Arrendamento e franquia.....	331
14.9	Parceria público-privada.....	331
14.10	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	333
	Bibliografia.....	334

CAPÍTULO 15

PODER DE POLÍCIA.....		337
15.1	Introdução ao tema.....	337
15.2	Síntese evolutiva.....	337
15.3	Crítica à noção. Contestação à crítica.....	338
15.4	Caracterização do poder de polícia.....	339
15.5	Polícia administrativa e polícia judiciária.....	340
15.6	Fundamentos e finalidades.....	340
15.7	Regime jurídico geral.....	341
15.8	Campos de atuação.....	342
15.9	Manifestações do poder de polícia.....	342
15.10	Limites.....	343
15.11	Sanções decorrentes do poder de polícia.....	344
15.12	Prescrição da ação punitiva da Administração Federal.....	344
15.13	Extensão excepcional do poder de polícia.....	344
15.14	Particulares no exercício do poder de polícia?.....	345
	Bibliografia.....	345

CAPÍTULO 16

LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE.....		347
16.1	Introdução ao tema.....	347
16.2	Noção e objetivo.....	347
16.3	Restrições administrativas em geral.....	348
16.4	Tombamento.....	348
16.5	Ocupação temporária.....	350
16.6	Requisição.....	351
16.7	Servidão administrativa.....	351
16.8	Desapropriação.....	352
16.8.1	Noção.....	352
16.8.2	Legislação.....	353
16.8.3	Fundamento.....	355
16.8.4	Requisitos constitucionais da indenização.....	356
16.8.5	Bens expropriáveis.....	358

16.8.6	Competência	359
16.8.7	A declaração expropriatória e seus efeitos	360
16.8.8	Desapropriação por acordo	360
16.8.9	Ação expropriatória: juízo competente, petição inicial e contestação	361
16.8.10	Ação expropriatória: imissão provisória na posse	362
16.8.11	Ação expropriatória: perícia, sentença e recursos	363
16.8.12	Desistência da desapropriação	363
16.8.13	Destinação dos bens expropriados e retrocessão	364
16.8.14	Desapropriação indireta ou apossamento administrativo	367
	Bibliografia	368

CAPÍTULO 17

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO		369
17.1	Introdução ao tema	369
17.2	Síntese evolutiva	369
17.3	A responsabilidade objetiva	370
17.4	A responsabilidade objetiva na legislação brasileira	371
17.5	O §6º do art. 37 da CF	372
17.6	A reparação do dano	374
17.7	Causas de exclusão total ou parcial da responsabilidade	375
17.8	Panorama dos casos de responsabilidade	376
17.9	Responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais	376
17.10	Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos	377
	Bibliografia	377

CAPÍTULO 18

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		379
18.1	Controle, democracia e corrupção	379
18.2	Tipologia	380
18.2.1	Controles e os novos preceitos da LINDB	380
18.3	Controles internos	381
18.3.1	Recursos administrativos	381
18.3.2	Autocontrole	386
18.3.3	Controle hierárquico	387
18.3.4	Controle de gestão	387
18.3.5	Inspeção, auditoria e correição	388
18.3.6	Supervisão	388
18.3.7	Pareceres vinculantes	388
18.3.8	Ouvidor	389
18.3.9	Controle financeiro	389
18.3.10	Controle da Administração indireta	389
18.4	Controle parlamentar	390
18.5	Controle do Tribunal de Contas	392
18.6	Controle da Administração pelo <i>ombudsman</i>	393
18.7	Controle jurisdicional da Administração	394
18.7.1	Sistemas de controle jurisdicional	394
18.7.2	O princípio da inafastabilidade do controle do Poder Judiciário	395
18.7.3	Inexigência de esgotamento da via administrativa	395
18.7.4	Alcance do controle jurisdicional	397
18.7.5	Consequências do controle jurisdicional	399
18.7.6	A Administração em juízo	399
18.7.7	Meios jurisdicionais de oposição à Administração	408
18.7.8	Mandado de segurança individual e coletivo	408
18.7.8.1	Mandado de segurança coletivo	414
18.7.9	Ação popular	416
18.7.10	Ação civil pública	417
18.7.11	<i>Habeas data</i>	419
18.7.12	Ação de improbidade administrativa	421
18.8	Meios consensuais de resolução de litígios envolvendo a Administração	426
	Bibliografia	428

BIBLIOGRAFIA	429
--------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	439
-----------------------------------	-----